

PARECER COMISSÃO ESPECIAL
PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA

9/2023

Relatório

Trata-se de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, PELO 9/2023, de autoria dos vereadores Dr. Célio Frois; Ver.(a) Bruno Miranda; Ver.(a) Bruno Pedralva; Ver.(a) Ciro Pereira; Ver.(a) Cláudio do Mundo Novo; Ver.(a) Cleiton Xavier; Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Ver.(a) Fernando Luiz; Ver.(a) Flávia Borja; Ver.(a) Helinho da Farmácia; Ver.(a) Henrique Braga; Ver.(a) Irlan Melo; Ver.(a) Iza Lourença; Ver.(a) Janaina Cardoso; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) José Ferreira; Ver.(a) Loide Gonçalves; Ver.(a) Maninho Félix; Ver.(a) Marcos Crispim; Ver.(a) Miltinho CGE; Ver.(a) Pedro Patrus; Ver.(a) Professor Claudiney Dulim; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Professora Marli; Ver.(a) Reinaldo Gomes Preto Sacolão; Ver.(a) Rubão; Ver.(a) Wanderley Porto; Ver.(a) Wesley Moreira; Ver.(a) Wilsinho da Tabu, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 09/2023, que “Altera o inciso IV e o § 1º do inciso V do art.80 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.”

Distribuída a proposição em avulsos e observado o prazo regimental previsto no Regimento Interno, fui designado relator para a matéria, pelo Presidente da Câmara Municipal, condição em que passo a emitir o meu parecer.

Fundamentação

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica 9/2023 altera o inciso IV e o §1º do artigo 80, da Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte, dispondo que:

“Art.80—Não perderá o mandato o vereador:

IV—licenciado para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

§ 1º — O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em cargo mencionado no artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

Art. 3º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte entra em vigor na data de sua publicação.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 19/05/23
HORA: 15:05:11

Da Juridicidade

Da Constitucionalidade

Em nosso ordenamento jurídico, uma norma extrai sua validade de norma superior, de tal forma que todos os diplomas legais devem ser compatíveis formal e materialmente com a Constituição Federal. Na análise de juridicidade urge fazer o controle preventivo a fim de impedir que uma proposição eivada de vício constitucional entre em vigor.

Passando à análise do texto constitucional, a Carta Magna, em seu artigo 56, inciso II e §1º determina que:

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

O artigo 56 dispõe sobre dois tipos de afastamento, o primeiro é uma licença para tratamento de saúde em que não há limite de tempo, pois dependerá da necessidade do parlamentar para alcançar a convalescença. Já na licença para tratar de interesses particulares, o prazo máximo é de 120 dias em que não haverá remuneração. Caso o afastamento supere o período de 120 dias, será convocado o suplente.

Primeiramente, é necessário entender como é validada a atuação dos parlamentares. Legitimados pelo voto, em nossa forma de governo republicano, os vereadores são mandatários do povo (legítimo detentor do poder). Assim, a Constituição Federal tem a doutrina da soberania popular como base.

"Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

Logo, o poder dado pelo povo não pode ser afastado senão mediante o devido processo legal, nas hipóteses previstas em lei. A Suprema Corte firma o entendimento no sentido de que a mera concessão de licença não gera a perda do mandato parlamentar.

“(…) a regra inscrita no art. 56, II, da Constituição, não torna o congressista imune ao processo de cassação de seu mandato parlamentar. O que essa cláusula constitucional estabelece, isso sim, é a impossibilidade de a mera concessão de licença ao parlamentar, por motivo de doença, erigir-se, ela própria, à condição geradora da perda do mandato legislativo. Isso significa que o simples afastamento temporário das funções legislativas, por razão de saúde, não se revela motivo bastante para justificar a imposição da sanção destitutória do mandato parlamentar, eis que inexistente, em tal hipótese qualquer situação caracterizadora de transgressão às cláusulas constitucionais de incompatibilidade e de respeito ao decoro parlamentar.”

[MS 34.064 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 16-3-2016, dec. monocrática, DJE de 18- 3-2016.]

Não sendo possível destituir o mandato outorgado pelo povo, o aumento no número de dias da licença para tratar de assunto de interesse pessoal em nossa Lei Orgânica, trata-se apenas de ajuste para alcançar a simetria constitucional, visto que a licença dos parlamentares configura princípio extensível expresso.

“Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, **atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição**, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos”

“Art.27 § 1º “Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.”

Nesse sentido, considerando a compatibilidade da presente proposição com a Constituição Federal, concluo pela constitucionalidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica 09/2023.

Da Legalidade

A análise de legalidade compreende a averiguação de compatibilidade da proposição com as leis federais e as leis estaduais pertinentes. A Lei Orgânica de Belo Horizonte estabelece em seu art. 86 que:

“A Lei Orgânica pode ser emendada mediante proposta: I - de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara”.

Logo, tendo em vista o número de assinaturas na proposição, verifico que está de acordo com a exigência legal.

Verifica-se também que a proposição está de acordo com o ordenamento jurídico e não apresenta nenhuma violação à legislação vigente sobre o tema, uma vez amparada por preceito constitucional. Portanto, concluo pela legalidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica 9/2023

Da Regimentalidade

Quanto à regimentalidade da proposição, Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em seu artigo 115 dispõe que:

"A proposta de emenda à Lei Orgânica poderá ser apresentada conforme as regras de iniciativa previstas no art. 86 da Lei Orgânica."

Desta forma, a proposição tramita regularmente e em compatibilidade com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme estabelece os artigos 98 e 99 do Regimento Interno. Portanto, concluo pela regimentalidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica 9/2023.

Do Mérito

A Constituição Federal já dispõe que o afastamento de parlamentar com objetivo de tratar de interesse particular pode ocorrer pelo período de até 120 dias, neste caso sem o recebimento da remuneração.

A ampliação do período de licença para tratar de interesse particular, de 60 para 120 dias, é compatível com o ordenamento jurídico e possibilita ao parlamentar um período para cuidar de seus assuntos pessoais sem a perda do mandato. Ademais, somente será possível convocar o suplente nos casos de afastamento superior a 120 dias em respeito ao princípio da razoabilidade e do interesse público, pois o afastamento do vereador por período inferior não compromete as atividades do Poder Legislativo. Sendo assim, não é necessária a convocação de suplentes que, aliás passa a receber subsídio, gerando despesa ao erário.

Conclusão

Diante do exposto, manifesto-me pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica 9/2023.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2023

**SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691**

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Data: 2023.05.19 14:54:14
-03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO**▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

Data de verificação 19/05/2023 18:06:24 UTC
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Parecer - PELO 9-2023 - CLJ.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	141037b83adb76e41c205fbd6b778dfa8d929be708e5c606b45baa65932c7af9
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO TAVARES:*155206**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	19/05/2023 17:54:14 UTC
Status dos atributos	Aprovados

▶ Informações do assinante**▶ Caminho de certificação****▶ Atributos****AVALIE ESTE
SERVIÇO****EXPANDIR
ELEMENTOS****Modo escuro ☐**